

Desigualdade do trabalho dá sinais de queda

Recuperação do emprego em 2019 aponta para fim de ciclo negativo para a disparidade de renda iniciado em 2015

Por Bruno Villas Bôas — Do Rio

Depois de quase cinco anos de piora ininterrupta, a desigualdade da renda do trabalho emitiu sinais, no fim do ano passado, de que vai entrar em um ciclo de recuperação, segundo cálculos do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), obtidos pelo Valor.

O índice de Gini da renda domiciliar per capita do trabalho ficou em 0,627 no quarto trimestre de 2019 - o indicador varia de um a zero, sendo zero a sonhada distribuição perfeita da renda. Trata-se de uma variação de -0,001 em relação ao mesmo período de 2018, quando estava em 0,628.

Daniel Duque, economista do Ibre/FGV, explica que o índice é assim mesmo, se move lentamente. O mais importante é o que o resultado aponta como tendência. A desigualdade cresceu por 17 trimestres consecutivos até setembro de 2019, quando finalmente se estabilizou. Agora, aponta para uma reversão no quarto trimestre.

“A recuperação mais forte do emprego no fim de 2019 permitiu isso, assim como a queda do número de desalentados [pessoas que desistem de procurar emprego]. Houve também aumento do emprego formal, que tem menor desigualdade de renda”, diz o economista, autor dos cálculos. “É uma reversão esperada.”

INFORME

Na média de 2019, o índice de Gini da renda per capita do trabalho foi de 0,629, ligeiramente acima do registrado no ano anterior (0,628). A última vez que o índice melhorou na média do ano foi em 2014 (0,604), quando o país vivia bom momento no mercado de trabalho, com taxa de desemprego abaixo de 7%.

A desigualdade sempre foi um problema no Brasil e voltou ao debate com os retrocessos gerados pela recessão. O tema também ganha força no debate internacional. O filme “Parasita”, vencedor do Oscar, trata da desigualdade socioeconômica na coreia do Sul. O Prêmio Nobel de Economia de 2019 foi para pesquisadores que miram reduzir a pobreza.

Os primeiros anos da crise foram marcados pela perda de emprego entre trabalhadores mais pobres, em áreas como construção civil e comércio. A parcela mais rica também foi afetada, mas se reinsereu no mercado. Naquele período, o índice de Gini passou de 0,604 na média de 2014 para 0,615 em 2016.

Recentemente, a desigualdade crescia pela qualidade ruim dos novos postos gerados. São vagas de trabalho por “conta própria” (sem patrão, sem empregado) e também no setor privado sem carteira assinada, que pagam menores salários. O índice de Gini passou de 0,615 na média de 2016 e atingiu 0,628 em 2019.

Para Duque, a distância da renda de trabalhadores ricos e pobres deve continuar em processo de redução em 2020, com a recuperação do emprego e o possível aumento da formalidade. Empregos formais pagam, em média, melhores salários. Uma incógnita permanece no emprego dos mais jovens.

“É possível que haja uma redução da desigualdade puxada pelo aumento do emprego dos mais jovens, embora esse aumento seja improvável e tenha impacto relativamente baixo no índice de Gini”, diz Duque, citando o programa Carteira Verde e Amarela, do governo federal, focado no emprego de jovens.

INFORME

Projeções de economistas ouvidos pelo Valor Data no fim do ano passado indicaram que a taxa média de desemprego deve recuar para 11,4% neste ano, com maior geração de vagas com carteira assinada. Em 2019, a taxa média de desemprego foi de 11,9%, como mostrou o IBGE no fim de janeiro.

Os cálculos do Ibre/FGV têm como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua trimestral, do IBGE, que acompanha o mercado de trabalho. Os dados não incluem, portanto, outras fontes de rendas como aposentadorias, pensões e benefícios de programas sociais (Bolsa Família, por exemplo).

O IBGE deve divulgar no primeiro semestre a Pnad Contínua com as rendas de todas as fontes (aposentadorias, aluguéis, programas de transferência de renda). Será então possível conhecer o comportamento da desigualdade da renda do Brasil de forma mais ampla. Os salários representam 70% da renda total.

O pesquisador diz que o comportamento da desigualdade da renda de todas as fontes tende a ter sido negativa no ano passado. Além de a renda do trabalho ter mostrado piora ou estagnação, a redução do orçamento do programa Bolsa Família pode resultar em um impacto negativo no indicador.

Outro fator que pode ampliar a desigualdade da renda de todas as fontes é a decisão do governo de cobrar contribuição previdenciária sobre o segurodesemprego, medida que visa financiar o programa Verde Amarelo. “Os desempregados que ganham seguro-desemprego vão sofrer uma redução de renda.”

(Fonte: Valor Econômico – 17/02/2020)

INFORME

FOLHA DE S.PAULO

Desemprego não cai em 18 estados e no Distrito Federal

Trabalho informal ou atividade por conta própria sem CNPJ cresce ao mesmo tempo que taxa de desocupação muda pouco

Fernanda Brigatti - SÃO PAULO

A taxa de desemprego ficou estável no último trimestre em 18 estados e no Distrito Federal, ao mesmo tempo que avançou a informalidade no país. No fim de 2019, 11% dos trabalhadores no Brasil estavam desocupados, uma queda de 0,60% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Isso representou, segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) divulgada na sexta-feira (14) pelo IBGE, em 520 mil desocupados a menos ante 2018. O conjunto de estados sem melhora no emprego no último trimestre corresponde à metade da população brasileira. Segundo o IBGE, apesar de alguns registrarem uma oscilação para cima ou para baixo, dentro do coeficiente de variação (um tipo de margem de erro estatístico) não é possível dizer que houve melhora ou piora na maioria.

Dos 18, em 15 a taxa de desocupação está acima da média nacional. A situação melhorou no último trimestre, na comparação com o mesmo período em 2018, em São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pernambuco, Maranhão, Alagoas e Amapá. Em Goiás, o desemprego subiu 2,20%. A estabilidade no desemprego pode ser explicada, segundo o professor da USP e economista da Fipe Hélio Zylberstajn, pela substituição do emprego formal pelo informal. Por isso, o trabalho sem carteira assinada ou atividade por conta própria sem CNPJ cresce ao mesmo tempo que a taxa de desocupação muda pouco.

Zylberstajn afirma que a elevação de 2% no emprego com carteira assinada no último trimestre deve ser vista de maneira positiva. Na comparação com o mesmo período de 2018, 726 mil trabalhadores no país conseguiram a formalização. Para o economista Samuel Oliveira Durso, professor da Fipecafi, a alta informalidade era resultado esperado, pois vinha aparecendo nos trimestres anteriores, e sinaliza fraqueza na recuperação da economia no país. Ele considera que, apesar da melhora no índice geral, demonstra que a geração de vagas segue instável. O número de desalentados, que são aqueles que gostariam de estar trabalhando, mas não buscaram por achar que não conseguiriam, segue estável. Eram 4,6 milhões nessa condições no 4º trimestre do ano passado.

(Fonte: Folha de SP – 17/02/2020)

4